



**SEGUNDA
VICE-PRESIDÊNCIA**



Eficiência, humanização
e inovação

TJPE

RELATÓRIO DO PRIMEIRO ANO DE GESTÃO DA 2ª VICE- PRESIDÊNCIA DO TJPE

Fevereiro/2024 a Janeiro/2025

BIÊNIO 2024-2026

“EFICIÊNCIA, HUMANIZAÇÃO E INOVAÇÃO”





Sumário

Mensagem do 2º Vice-presidente.....	3
Organograma.....	4
2ª VICE-PRESIDÊNCIA EM NÚMEROS.....	6
1. Indicadores do Cartris.....	6
1.1. Atos de secretaria.....	6
1.2. Identificação do ponto crítico e superação.....	7
1.3. Atendimentos	8
2. Indicadores do Gabinete da 2ª Vice-presidência	9
2.1. Demanda e processos conclusos.....	9
2.2. Produtividade da 2ª Vice-presidência	11
2.3. Atendimentos	12
2ª VICE-PRESIDÊNCIA ALÉM DOS NÚMEROS	13
1. A posse.....	13
2. Um novo Cartris.....	14
3. Novas tecnologias	17
4. Gestão estratégica do gabinete da 2ª Vice-presidência	18
5. Migração do acervo físico	19
6. Nugepnac	22
7. Galeria dos Segundos Vice-presidentes	23
8. Intercâmbio e atuação nacional	24
Registro de eventos.....	26
Encerramento	34



Mensagem do 2º Vice-presidente

O primeiro ano desta gestão foi marcado por grandes desafios e intenso trabalho. Buscamos pautar nossas ações em três pilares fundamentais: eficiência, humanização e inovação. O esforço conjunto de magistrados e magistradas, servidores e servidoras, e demais integrantes do sistema de justiça foi essencial para alcançarmos avanços importantes, conforme adiante ficará demonstrado.

Nos primeiros meses, enfrentamos desafios estruturais e a necessidade de reorganização, como é comum a cada novo olhar ou a cada nova gestão. O segundo semestre permitiu a estabilização das iniciativas e dos fluxos implementados. O Cartris – Cartório de Recursos aos Tribunais Superiores – segue evoluindo, e os ajustes promovidos na gestão e capacitação de sua equipe demonstraram resultados expressivos. A dedicação dos servidores e a modernização dos processos têm permitido maior agilidade na tramitação recursal.

A assessoria da 2ª Vice-presidência, sob a liderança competente do Juiz Assessor José Marcelon, tem alcançado progressivos ganhos em padronização e efetividade. Além disso, a incorporação de novas tecnologias tem sido um eixo estratégico, capaz de permitir respostas mais céleres e adequadas ao volume crescente de demandas, em especial as repetitivas.

No que tange à digitalização do acervo do Tribunal, o projeto avançou de forma consistente e segue apenas em relação a um quantitativo residual de processos. Nosso compromisso permanece firme: garantir que todos os processos, cíveis e criminais, sejam convertidos para o formato digital, promovendo maior celeridade, segurança e acessibilidade.

Agradeço a todos que se empenharam e seguem contribuindo para a construção de uma 2ª Vice-presidência mais eficiente, humanizada e alinhada às exigências do nosso tempo. A equipe da 2ª Vice fica muito feliz em compartilhar os desafios e os avanços registrados neste primeiro ano de gestão, resultado de um trabalho coletivo, e reafirmamos a nossa missão de agir na busca de um judiciário mais ágil e acessível para toda a sociedade pernambucana.

Desembargador Eduardo Sertório Canto

2º Vice-presidente do TJPE



Organograma

Des. Eduardo Sertório Canto

2º Vice-presidente

José Marcelon

Juiz Auxiliar

Georgina de Brito Alves

Coordenadora-geral

Zelma Lima

Secretária-geral

Assessoria Especial

Rodrigo Soriano

Chefe de Gabinete

Bárbara Costa
Diogo Vieira
Fabiana Andrade
Fátima Almeida
Gabriela Pessoa
Geórgia Vidal

Guilherme Andrade
Isabela Nascimento
Jarbas Brandão
Laís Lucena
Lourdes Zarzar
Lucas Euzébio

Renata Arruda
Renata Raposo
Sueli Hipólito
Thomaz Freire

Maria José Cavalcanti

Oficiala de Gabinete

Recepção

Janaina Kelly
Leonardo Bezerra

Apoio

Hanna Vanderley
Janaína Soares
Roberto Silva de Oliveira

Assessoria Policial Militar e Civil

Major Gleidson Neves Sena
Ajudante de ordens

Sargento Walson Sales da Silva
Auxiliar/Motorista

Nugepnac

Karen Carvalho
Nancy Janssen
Tatiana Prado

**Assessoria Especial
de Migração**

Helaine Fosca
Alan Carlos
João Henrique
Maria José

**Grupo de Estudos
sobre IA**

Gabriela Pessoa
Lucas Euzébio
Renata Arruda
Thomaz Freire

Cartris**Gerência**

Luana Souza
Simone Duque

Atendimento

Luiz Carlos Albuquerque
Rodrigo Queiroz

Secretaria PJE - 1ª Vice

Carolina Cunha
Crisméia Soares
Evilane Mourão
João Ricardo Viana
Mirella Alves
Olga Albuquerque
Victor Emanuel Oliveira

Secretaria PJE - 2ª Vice

Dourival Melo
Everton Altino
Patricci Serralva
Marcelo Cadena
Teresa Ferreira
Valkiria Rocha

Remessa aos Tribunais**Superiores**

Silvio Rogério
André Carlos
Alan Carlos
Mauro Nóbrega
Pedro Luiz Lopes

Baixa dos Tribunais**Superiores**

Marta Frutuoso
João Henrique
Polyana Chaves
Walkiria França

Estagiárias

Larissa Giraldes
Kaylane Antônia

2ª VICE-PRESIDÊNCIA EM NÚMEROS (fevereiro de 2024 a janeiro de 2025)

1. Indicadores do Cartris

1.1. Atos de secretaria

Os números de produtividade do Cartris, vinculado à 2ª Vice-presidência, compreendem os atos de secretaria praticados nos processos das 1ª e 2ª Vice-presidências.

Produtividade da Secretaria das Vice-Presidências (Cartris)						
Tarefa/ Mês	Processos sobrestados (Tarefa aguardar paradigma do STJ/STF)	Processos arquivados definitivamente (devolvidos ao 1º grau)	Processos arquivados definitivamente (originários)	Intimações/pub licações de decisões	Processos remetidos ao STJ/STF	Processos baixados do STJ/STF
mar/24	101	369	100	1.684	412	774
abr/24	47	369	82	2.265	1.151	691
mai/24	96	396	63	2.496	1.394	605
jun/24	116	411	62	1.602	1.043	292
jul/24	11	594	93	2.054	1.028	621
ago/24	74	444	147	2.746	979	1.101
set/24	110	995	179	2.993	814	1.057
out/24	291	956	144	3.295	801	899
nov/24	227	826	110	2.960	527	694
dez/24	92	390	101	2.142	136	467
jan/25	471	878	150	2.448	220	872
Total	1.636	6.628	1.231	26.685	8.505	8.073
Atos praticados de março/2024 a janeiro/2025: 52.758						
*Monitoramento iniciado em março de 2024.						



Os atos praticados pela secretaria foram classificados conforme as tarefas previstas no Processo Judicial Eletrônico e compreendem: o fluxo dos processos em que tenha sido determinado o sobrestamento para aguardar paradigma dos tribunais superiores; a baixa dos autos ao 1º grau; o arquivamento definitivo, no caso de feito de competência originária do Tribunal; as intimações e publicações de decisões; a remessa de processos ao STF ou ao STJ; e o tratamento dos processos baixados do STF ou do STJ.

No período observado, de março de 2024 a janeiro de 2025, foram praticados, ao todo, **52.758** atos de secretaria.

1.2. Identificação do ponto crítico e superação

No início da gestão, identificou-se, como ponto crítico relacionado ao acervo do Cartris, o acúmulo de processos pendentes de remessa aos tribunais superiores e a morosidade na execução deste trabalho.

Foi, então, implantado um plano emergencial, que compreendeu as seguintes medidas principais: reorganização das subequipes do Cartris, com remanejamento de pessoal, treinamento dirigido, modernização dos recursos informáticos e utilização do banco de horas.

Em agosto de 2024, com seis meses de execução do plano, já se tinha alcançado uma redução expressiva do passivo inicial, na ordem de 80%.

No mês de dezembro de 2024, observou-se a regularização do fluxo de remessa dos processos ao STF e ao STJ, dando-se por encerrada a execução do plano emergencial. Em outras palavras, o passivo de processos pendentes de remessa aos

tribunais superiores foi vencido e a equipe dedicada a esta tarefa trabalha atualmente com o fluxo mensal regular.

Em razão do bem-sucedido plano emergencial, o tempo médio de espera para a execução da tarefa de remessa aos tribunais superiores passou de 285 para 33 dias corridos.

O quadro abaixo retrata a redução progressiva do passivo de processos pendentes de remessa ao STF ou ao STJ a partir de março de 2024. Em janeiro de 2025, primeiro mês após o encerramento do plano emergencial, observa-se a manutenção do fluxo regular, ausentes processos em situação de criticidade.

Processos pendentes de remessa aos tribunais superiores	
mar/24	3362
ago/24	686
jan/25	423
Dos quais são críticos (paralisados há mais de 100 dias):	
	0

1.3. Atendimentos

No período de coleta dos dados, de março de 2024 a janeiro de 2025, o Cartris realizou 5.235 atendimentos, divididos entre as modalidades presencial, telefônico, via e-mail e via Aplicativo TJPE Atende.

Revelou-se como canal preferencial dos usuários o e-mail, com 2.198 registros ou 42% do total.



Atendimentos do Cartris				
Mês	E-Mail	Telefone	Presencial	TJPE Atende
mar/24	158	82	62	42
abr/24	239	84	64	50
mai/24	203	142	83	47
jun/24	187	169	62	30
jul/24	191	147	143	27
ago/24	254	191	133	22
set/24	288	204	116	34
out/24	261	219	76	23
nov/24	227	186	93	26
dez/24	98	168	51	21
jan/25	92	169	51	21
TOTAL	2.198	1.761	934	343
Total de atendimentos de março/2024 a janeiro/2024: 5.236				
*Monitoramento iniciado em março de 2024.				

2. Indicadores do Gabinete da 2ª Vice-presidência

2.1. Demanda e processos concluídos

Na tentativa de implementar um sistema de monitoramento da eficiência do trabalho desempenhado no Gabinete da 2ª Vice-presidência, buscou-se identificar indicadores a permitir cotejar a demanda e o quantitativo de processos concluídos.

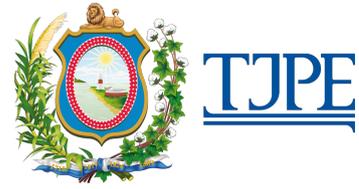
Diferentemente do que ocorre na maioria das outras unidades judiciais, na 2ª Vice-presidência não ocorre propriamente a distribuição processual, indicador por excelência para acompanhar o comportamento da demanda em um gabinete de desembargador, por exemplo.

Neste caso, após o julgamento dos recursos ordinários ou dos processos de competência originária do tribunal, os processos são remetidos à 2ª Vice-presidência para a realização do exame prévio de admissibilidade dos recursos dirigidos aos tribunais superiores, nos termos do art. 32, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (RITJPE).

Assim sendo, solicitou-se aos gestores do Sistema de Gestão da Presidência (Gepro) a disponibilização do quantitativo de processos encaminhados à 2ª Vice-presidência mês a mês, mas ainda não foi possível implementar esta medida.

Mês	Processos recebidos	Processos Concluídos
fev/24	482	913
mar/24	661	832
abr/24	738	532
mai/24	741	550
jun/24	500	806
jul/24	907	1.238
ago/24	1.219	1.077
set/24	980	1.001
out/24	908	1.110
nov/24	1.325	1.087
dez/24	621	741
jan/25	414	873

De toda sorte, por meio de dados existentes no TJPE Reports, passaram a ser monitorados dois indicadores: 1) o número de processos recebidos e 2) o número de processos conclusos. Os “processos recebidos” são todos aqueles em que é feita a conclusão ao 2º Vice-presidente. Estão aqui englobados, portanto, os novos processos com recursos ao STF e/ou ao STJ, além dos processos devolvidos pelo STJ ou pelo STF para providências e dos feitos que passaram pela digitalização. Neste último caso, a maior parte dos processos que tramitavam em meio físico e foram importados para o PJe encontravam-se sobrestados e demandam, após a digitalização, a intimação das partes para se manifestarem a respeito da integridade dos autos digitalizados. Nesse sentido, o quantitativo de “processos recebidos” não se refere necessariamente a processos únicos, pois o mesmo



processo pode ser concluso ao 2º Vice-presidente na tarefa de conferência inicial por mais de uma vez.

Por outro lado, os “processos conclusos” compreendem o número de processos que se encontram conclusos ao 2º Vice-presidente no início de cada mês, em qualquer tarefa.

O cotejo dos dois indicadores permite aferir a efetividade da produtividade da 2ª Vice-presidência – compreendidos despachos, decisões e votos, mas também os atos ordinatórios praticados pela assessoria especial em delegação – frente à demanda processual.

Feitos esses esclarecimentos, observa-se que os dados apresentados no quadro denotam a assimetria da demanda de um mês para outro, com picos especialmente nos meses de julho e novembro de 2024, relacionados aos processos de massa.

Apesar do crescimento importante da demanda no segundo semestre de 2024, observa-se que o trabalho desempenhado foi bem-sucedido, pois, ao final do primeiro ano de gestão, houve ainda uma pequena redução do acervo concluso em relação ao mês de fevereiro/2024, início desta gestão.

Conforme será detalhado adiante, esses resultados são reflexo de um conjunto de medidas implementadas, que passam em especial pelo monitoramento contínuo e pelo emprego de recursos tecnológicos de automação no caso das demandas repetitivas.

2.2. Produtividade da 2ª Vice-presidência

O quadro abaixo reflete o número de atos judiciais praticados mês a mês.

MÊS	DESPACHOS	INTERLOCUTÓRIAS	TERMINATIVAS	ACORDÃOS
fev/24	194	86	49	0
mar/24	15	100	562	3
abr/24	43	297	654	17
mai/24	35	509	126	20
jun/24	17	148	34	0
jul/24	37	391	149	45
ago/24	78	769	219	6
set/24	78	668	147	34
out/24	139	526	28	19
nov/24	198	486	177	14
dez/24	198	408	131	62
jan/25	75	399	27	21
TOTAL	1.032	4.388	2.276	220
ATOS JUDICIAIS PRATICADOS: 7.916				

Importa destacar que o quadro não inclui os atos ordinatórios, delegados à assessoria e à chefia de gabinete pelo 2º Vice-presidente, como mecanismo de celeridade na tramitação processual.

2.3. Atendimentos

Atendimentos Realizados	
fev/24	198
mar/24	118
abr/24	176
mai/24	167
jun/24	133
jul/24	133
ago/24	165
set/24	116
out/24	128
nov/24	127
dez/24	69
jan/25	66
TOTAL	1596

Os números reunidos neste tópico compreendem os atendimentos realizados pela recepção da 2ª Vice-presidência, pelo Desembargador 2º Vice-presidente, pelo Juiz Auxiliar e pela Chefe de Gabinete.

Os atendimentos são realizados por meio dos seguintes canais, além da modalidade presencial: e-mail, telefone e TJPE Atende.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA ALÉM DOS NÚMEROS (fevereiro de 2024 a janeiro de 2025)

1. A posse

Em sessão solene, realizada em 2 de fevereiro de 2024, na sala de sessões do TJPE, tomou posse o 2º Vice-presidente, Desembargador Eduardo Sertório Canto.

Na ocasião, o Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, presidente do TJPE no biênio 2022/2024, deu posse ao Desembargador Ricardo Paes Barreto, presidente para o biênio 2024-2026. Na sequência, foram empossados os Desembargadores Fausto Campos e Eduardo Sertório Canto, como 1º e 2º Vice-presidentes, respectivamente, e o Desembargador Francisco Bandeira de Mello, como Corregedor-geral da justiça.





O evento contou com a presença de diversas autoridades, incluindo a Governadora Raquel Lyra, o Prefeito do Recife, João Campos, e representantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), do Ministério Público de Pernambuco (MP-PE) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A cerimônia, transmitida em canal oficial do TJPE no YouTube, começou com a execução do Hino Nacional Brasileiro e a apresentação de um cordel em homenagem à nova mesa diretora, seguido por discursos de despedida do então presidente, Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, e de posse do novo presidente, o Desembargador Ricardo Paes Barreto.

2. Um novo Cartris

O início desta gestão concentrou grandes esforços na edificação de um novo Cartório de Recursos aos Tribunais Superiores – Cartris.

A gestão reformou as instalações do Cartris, dando nova vida ao setor. No térreo do Fórum Thomaz de Aquino passou a funcionar o Espaço Desembargador Hélio Siqueira Campos, que contará com cinco salas, das quais duas já foram entregues. A Sala Juiz Cláudio Américo é o coração da Secretaria, enquanto a Sala Juiz Paulo Torres abriga o setor de atendimento. Trata-se, agora, de um espaço multiportas, agregando o atendimento do próprio Cartris ao do setor de buscas da Corregedoria, com a perspectiva de oferecer serviços prestados por outras unidades do Tribunal, a exemplo da Ouvidoria. Marisa Cavani e Pedro Britto, foram os responsáveis arquitetônicos pela obra.

A estrutura física passou por modificações: as antigas divisórias deram lugar a enormes janelas em vidro, que tornaram o ambiente de trabalho mais iluminado e agradável. Buscou-se agregar, ainda, arte regional e plantas.

Identificou-se, além disso, a necessidade de substituição ou manutenção dos computadores, já obsoletos, e dos aparelhos de ar condicionado, o que foi providenciado ainda no início da gestão.

As três salas restantes, antes ocupadas pelos processos físicos, darão lugar a uma sala de reuniões, com capacidade para 10 pessoas e aberta ao público interno, mediante agendamento, um espaço de descanso - pensado em especial para os servidores terceirizados - e uma copa.

Por fim, providenciou-se a instalação de rampas de acesso, de modo a reduzir as barreiras à acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.



Em fevereiro, foi oferecido, por meio da Escola Judicial de Pernambuco - Esmape, treinamento presencial, voltado especificamente às necessidades do Cartris, do qual participaram todos os servidores do setor, ficando a equipe apta a trabalhar de forma eficaz com o PJe.

Quanto ao pessoal do Cartris, a equipe foi reforçada com quatro novos servidores, ocupando cargos vagos já existentes.

O conjunto dessas iniciativas gerou em uma equipe mais motivada, que se mostrou capaz de entregar resultados importantes.



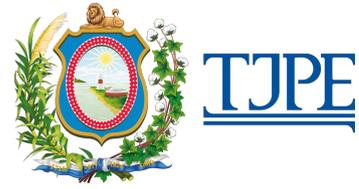
Grande amostra disso é o resultado do plano emergencial, implementado para equalizar o passivo de processos pendentes de remessa aos tribunais superiores.

Conforme mencionado anteriormente, os servidores do Cartris dedicados à remessa de processos ao STF e ao STJ, com sabedoria e dedicação, atingiram o objetivo de regularizar o fluxo na referida tarefa. Em dezembro de 2024, o plano emergencial foi dado por encerrado, uma vez que o passivo de processos pendentes de remessa foi sanado e não há, atualmente, nenhum processo em criticidade.

Vale mencionar que esse resultado foi alcançado mesmo sem o emprego de tecnologias de automação e inteligência artificial, o que se registra em exaltação ao empenho da equipe, mas não sem lamentar os entraves encontrados quando se trata da modernização dos procedimentos. Manter tal produtividade sem o auxílio tecnológico, já existente, não é uma decisão que some.

Em tratativas iniciadas no Encontro do Colégio Permanente de Vice-presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, realizado em São Luís/MA no mês de agosto de 2024, a 2º Vice-presidente buscou a celebração de convênio com o Tribunal de Justiça do Pará. O objetivo era a disponibilização de tecnologia já existente naquele tribunal, que permite a integração entre os sistemas de tramitação processual em uso no TJPE (PJe) e do STJ (e-STJ).

Em 3 de setembro de 2024, foi celebrado acordo de cooperação técnica, prevendo a partilha tecnológica sem a necessidade de repasse de recursos financeiros. O assunto foi, em seguida, encaminhado à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – Setic, mas até o momento não foi possível adotar as providências necessárias para a efetiva implantação.



A efetiva execução do convênio é de extrema importância para a manutenção dos indicadores alcançados e a melhor utilização dos recursos humanos disponíveis no Cartris, razão pela qual esta 2ª Vice-presidência se empenhará para a concretização deste projeto no segundo ano da gestão.

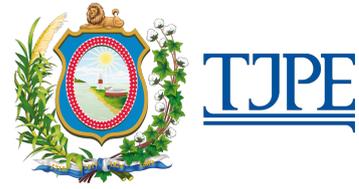
3. Novas tecnologias

Desde o início da gestão, foram destacados cinco servidores da assessoria da 2ª Vice-presidência – Ellis Oliveira, Gabriela Pessoa, Lucas Euzébio, Renata Arruda e Thomaz Freire – para compor a equipe dedicada aos estudos de inteligência artificial (IA) e outras tecnologias.

O grupo contou com o apoio do Procurador do Estado de Pernambuco Rafael Figueiredo, atualmente à frente da Secretaria Executiva de Transformação Digital da Prefeitura do Recife, que, em encontro realizado em 28/2/2024, gentilmente compartilhou a sua experiência e expertise com ferramentas de inteligência artificial.

O projeto está voltado à experimentação e implementação do uso de ferramentas de automação e inteligência artificial na elaboração das minutas da 2ª Vice-presidência, em especial para tratar com mais eficiência as demandas repetitivas.

Por meio da automação das decisões, foi possível, por exemplo, realizar o exame prévio de admissibilidade de centenas de recursos especiais e extraordinários que tratavam de questão envolvendo a alegação de majoração da jornada de trabalho dos policiais militares do Estado de Pernambuco.



4. Gestão estratégica do gabinete da 2ª Vice-presidência

Desde o início desta gestão, constatou-se que a equipe permanente da assessoria especial da 2ª Vice-presidência é formada por um corpo de servidores preparado e experiente, que, desde o início, bem se integrou com a equipe do Gabinete do Desembargador Eduardo Sertório.

Em busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, o plano de gestão estratégica implementado compreendeu as seguintes iniciativas:

- Implantação de sistema de metas e de monitoramento da produtividade dos assessores;
- Monitoramento dos processos em criticidade e implantação de métricas de desempenho, visando à redução do tempo de tramitação dos processos conclusos;
- Divisão da assessoria por equipes especializadas em determinadas matérias, visando à distribuição equilibrada da demanda, o incremento da eficiência e da padronização das decisões;
- Contínuo esforço para a padronização de minutas e utilização de armazenamento de modelos na nuvem, o que evita o retrabalho e possibilita a atuação adequada dos servidores em regime de teletrabalho parcial ou integral;
- Descentralização dos atos ordinatórios, com a delegação de atos que não demandam revisão, garantindo-se maior celeridade processual.

As medidas implementadas resultaram em maior eficiência, redução do acúmulo processual e um ambiente de trabalho



mais organizado e produtivo, consolidando uma gestão ágil e estruturada.

5. Migração do acervo físico

Em 7 de fevereiro de 2024, por designação do Presidente do TJPE, Desembargador Ricardo Paes Barreto, por meio do Ato 327/2024, o Desembargador Eduardo Sertório, 2º Vice-presidente, assumiu a coordenação do Comitê Executivo de Migração para o Processo Judicial Eletrônico, responsável pelos trabalhos de migração do acervo físico do TJPE para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), antes já em curso.

Ademais, em 20 de maio de 2024, foi dado ciência, por meio de comunicação da Presidência do TJPE, de que o Corregedor Nacional de Justiça assinalou o prazo de 30 de julho de 2024 para que o TJPE adotasse medidas para mitigar o acúmulo de processos em suporte físico.

Quando da assunção da coordenação dos trabalhos, em fevereiro, foram identificadas as seguintes dificuldades principais:

- manejo e controle dos dados, de modo a acompanhar, em tempo real, o passivo pendente de digitalização, migração e retificação, no primeiro e segundo graus, e nos juizados especiais;
- a não adesão de alguns magistrados, especialmente do primeiro grau, e chefes de secretaria ao envio dos processos físicos ao setor de digitalização;
- o acúmulo dos processos do segundo grau na fila da digitalização, pois haviam sido encaminhados de uma só vez à empresa contratada, gerando queixas de partes, advogados e dos próprios gabinetes;



- a existência de autos com carga ou remessa, não restituídos no prazo devido ou razoável ao juízo competente.

Nesse contexto, foram adotadas as seguintes medidas principais, no sentido de aparar essas arestas e atingir o melhor resultado possível no prazo indicado pelo Corregedor Nacional de Justiça:

- maior controle dos dados relativos ao acervo pendente nas fases da transmutação do processo do meio físico para o eletrônico (envio, digitalização, migração) por meio de relatórios semanais, divulgados todas as quintas-feiras aos integrantes do Comitê;
- Envio de dois colaboradores terceirizados para dar suporte na localização e separação de processos com pedido de prioridade, a serem digitalizados;
- intenso trabalho junto aos magistrados de primeiro grau e respectivos chefes de secretaria, por meio publicação no DJe, e-mails e equipe de telefonia, em colaboração com a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), com objetivo de que enviassem os processos para digitalização;
- reestruturação das equipes responsáveis pela migração e retificação dos processos digitalizados, com a integração, aos grupos de trabalho, de colaboradores terceirizados e servidores da assessoria e do Cartris, cedidos pela 2ª Vice-presidência;
- publicação de aviso no DJe, demandando a devolução de processos com carga;
- utilização do Robô Ramsés para o 2º grau, capaz de controlar com precisão o quantitativo dos processos já digitalizados, pendentes de migração, além da implementação de quadro com atualização em tempo real



dos dados acerca dos processos migrados para o PJe – *dashboard*.

Apesar da dificuldade em precisar os quantitativos do acervo físico pendente de digitalização e migração, estimou-se, em fevereiro de 2024, a existência de **55 mil processos físicos pendentes** de digitalização. **Em outras palavras, ainda pendia mais de 58% do acervo físico inicial.**

No mês de junho de 2024, ainda havia pendência de processos físicos não enviados para digitalização pelas unidades judiciárias respectivas, sendo **2.668** do primeiro grau e juizados, **918** processos do segundo grau e **142** precatórios. Somavam-se, portanto, **3.728 processos pendentes de envio para digitalização.**

Além dos citados, havia **5.446** processos no 1º Grau e **10.768** do 2º grau pendentes de digitalização ou em fase de migração para o PJe a cargo da Comissão.

No início do mês de julho de 2024, portanto, havia sido concluída a digitalização de 99,08% do acervo físico do Tribunal. **Faltava 0,92% do todo.**

A lista dos processos não enviados à digitalização pelas unidades judiciárias foi, então, encaminhada à Corregedoria Geral de Justiça para as devidas providências.

A partir do mês de agosto, iniciou-se uma nova etapa do projeto, com a fundamental colaboração do Juiz Luiz Carlos Vieira de Figueiredo, Assessor Especial da Corregedoria Geral de Justiça, com foco na equalização do acervo físico remanescente.

Atualmente, o número de processos físicos remanescente é de **2.146**, o que corresponde a apenas **0,13% da totalidade dos feitos em tramitação no TJPE.**



6. Nugepnac

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas – Nugepnac, integrado à 2ª Vice-presidência do TJPE e à Comissão de Sistematização e Publicação de Precedentes Judiciais, tem como principal objetivo a organização e a divulgação de precedentes judiciais de observância obrigatória, de acordo com o art. 927 do Código de Processo Civil.

Nesse norte, visando a facilitar a atualização de magistrados, servidores e outros operadores do direito quanto aos precedentes obrigatórios, o Núcleo divulga mensalmente, em sua página no portal do TJPE, boletins informativos, notícias relativas a julgamento de temas e estudos temáticos por solicitação, além de informar acerca das determinações de sobrestamento advindas do STF e do STJ.

Nos meses de março a julho de 2024, o Nugepnac dedicou-se a atender à demanda relacionada ao cadastro das classes processuais das ações coletivas. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou, por meio do Cacol – Cadastro Nacional de Ações Coletivas, a existência de prováveis inconsistências no cadastro das classes processuais deste tipo de ação, o que poderia estar gerando números dissonantes da realidade.

Com a finalidade de diagnosticar possíveis incongruências e em linha com o disposto na Resolução CNJ n.º 339, de 8 de setembro de 2020, o Núcleo foi responsável por um minucioso trabalho de revisão das classes processuais das ações coletivas então existentes – ações civis públicas, mandados de segurança coletivos e ações populares – que somavam quase 8.000 processos.

Foram identificadas e corrigidas inconsistências em 145 dos 469 feitos cadastrados como mandados de segurança coletivos e em 73 dos 720 processos cadastrados como ações populares. Quanto às ações civis públicas, em número de 6.747, o quantitativo de retificações foi de 1.989.

Concluída a revisão do passivo inicial, o trabalho continua sendo realizado conforme o fluxo de ingresso de novos processos. De agosto a dezembro de 2024, foi realizada a conferência da classificação de 400 novas ações, visando à continuidade da adequada alimentação do Cacol.

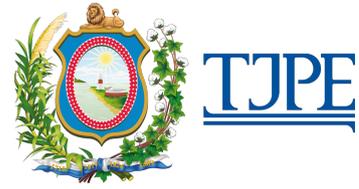
Ademais, no segundo semestre de 2024, o Núcleo passou a promover reuniões regulares com integrantes de gabinetes cíveis, fazendários e criminais, com o objetivo de discutir a cultura de precedentes vinculantes e estimular a propositura de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR's) e Incidente de Assunção de Competência (IAC's).



Como fruto dessa iniciativa, foram formados, até o momento, 10 grupos de estudos para análise de viabilidade dos mencionados incidentes.

7. Galeria dos Segundos Vice-presidentes

Com o objetivo de não permitir a perda das memórias e como forma de homenagem ao trabalho dos gestores que nos antecederam, em 28 de novembro de 2024 foi inaugurada a Galeria da 2ª Vice-presidência do TJPE.



Além da galeria física, localizada no oitavo andar do Fórum Paula Baptista, encontra-se disponível na página da 2ª Vice-presidência (portal.tjpe.jus.br/web/vice-presidencia/galeria) a [galeria virtual de 2º Vice-presidentes](#). A ideia é democratizar o acesso à história do TJPE.

8. Intercâmbio e atuação nacional

Tem-se buscado, nesta gestão, manter o diálogo constante com as Vice-presidências de outros tribunais do país, como forma de troca de experiências e construção de pontes, a exemplo do já mencionado acordo de cooperação técnica firmado com o Tribunal de Justiça do Pará.

Nessa perspectiva, o 2º Vice-presidente tem marcado presença nos eventos e encontros, presenciais ou remotos, que tenham como tema as Vice-presidências.

Nos dias 14 e 15 de agosto de 2024, participou do II Encontro Nacional de Vice-presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Enavip), promovido pelo Colégio Permanente de Vice-presidentes dos Tribunais de Justiça (CPVIP) no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Na ocasião, além de conhecer práticas exitosas de outras Vice-presidências, teve a oportunidade de partilhar a sua experiência nos primeiros seis meses à frente da 2ª Vice-presidência do TJPE.

Em 12 e 13 de dezembro de 2024, o Desembargador Eduardo Sertório participou do 3º Enavip, que teve lugar na Cidade do Rio de Janeiro. **No evento, o Desembargador Vice-presidente foi eleito Secretário-geral do CPVIP.**



Na fotografia, o Desembargador Eduardo Sertório, acompanhado do Desembargador Amaral de Oliveira, 1º Vice-presidente do TJGO, e do Desembargador Artur Beretta, Vice-presidente do TJSP e atual Presidente do CPVIP.



Registro de eventos

Ao longo do primeiro ano de gestão, o Desembargador Eduardo Sertório Canto participou de uma série de eventos e solenidades, os quais estão registrados a seguir.

- Em 27/2/2024 – Solenidades de Posse do Des. Humberto Vasconcelos e aposição da fotografia do Des. André Guimarães na Galeria de Presidentes do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

- Em 27/2/2024 – Reunião com a delegação da Defensoria Pública de Pernambuco;

- Em 27/2/2024 – Representação do TJPE na Alepe, em reunião solene em homenagem aos 40 anos do Instituto Dom Hélder;

- Em 28/2/2024 – Representação do TJPE no Concerto na Basílica da Penha, em homenagem aos 150 anos da imigração italiana no Brasil;

- Em 1/3/2024 – Solenidade de posse dos integrantes do Comissão de Organização Judiciária e do Regimento Interno - Cojuri, Desembargadores Gabriel Cavalcanti Filho, Luciano de Castro Campos e Humberto Vasconcelos Júnior, e do Diretor e do Vice-diretor do Centro de Estudos Judiciários – CEJ, Desembargadores Evandro Magalhães Neto e Josué Fonseca de Sena;

- Em 4/3/2024 – Participação no Seminário de Abertura da 26ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, promovido pela Coordenadoria da Mulher e realizado na Esmape, com o tema “A relação entre o abandono dos lares com a violência doméstica ao diagnóstico do TEA”, apresentado pelo Dr. Mário Henrique Goulart Maia;



- Em 6/3/2024 – Representação do TJPE na Cerimônia em Comemoração à Data Magna de Pernambuco – Dia da Revolução Pernambucana de 1817. Hasteamento das Bandeiras e Aposição de Flores no Monumento dos Heróis da Revolução de 1817;
- Em 8/3/2024 – Solenidade de Entrega do Prêmio Mulheres que Fazem a Diferença – Edição 2024, do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;
- Em 12/3/2024 – Representação do TJPE na Alepe, em Reunião Solene em homenagem aos 55 Anos do Espetáculo da Paixão de Cristo – Nova Jerusalém;
- Em 14/3/2024 – Representação do TJPE na Alepe, em Reunião Solene em homenagem aos 50 Anos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba;
- Em 25/3/2024 – Recepção no Salão Nobre com a Cônsul-geral da Argentina, Sra. Julieta Grande, e a Cônsul-adjunta, Sra. Lucila Caviglia;
- Em 18/4/2024 – Participação na Assembleia do Instituto Dom Hélder;
- Em 23/4/2024 – Encontro da Mesa Diretora do TJPE com o Comando Militar do Nordeste;
- Em 28/5/2024 – Representação do TJPE no Congresso da Academia Brasileira de Direito, com o tem “Alterações Legislativas e o Impacto do Direito na Academia Pernambucana de Letras”;
- Em 6/6/2024 – Participação no Curso “Novas Tendências em Direito e Economia do Consumo”, na Esmape;

- Em 18/6/2024 - Representação do TJPE na cerimônia de entrega da Medalha Comemorativa do Bicentenário da Confederação do Equador, na Alepe;



- Em 20/6/2024 - Inauguração das novas instalações do Cartris, do Espaço Desembargador Hélio Siqueira Campos (Sala de Atendimento Juiz Paulo Torres Pereira da Silva e Sala de Secretaria Juiz Cláudio Américo de Miranda Júnior);

- Em 2/7/2024 - Representação do TJPE na Abertura de Atividades Comemorativas ao Bicentenário da Confederação do Equador no Centro Cultural Eufrásio Barbosa;

- Em 10/7/2024 - Participação na Audiência Pública - Gestão Participativa das Metas Nacionais do Poder Judiciário, na Esmape;

- Em 10/7/2024 - Solenidade de posse do Des. Cândido Saraiva na presidência do TRE-PE;

- Em 13/7/2024 - Representação do TJPE na celebração da Festa Nacional Francesa, na Aliança Francesa do Recife;

- Em 18/7/2024 - Participação na celebração dos 35 Anos da ESA/PE, em que foi um dos homenageados, enquanto ex-Diretor Geral da Escola;

- Em 19/7/2024 - Representação do TJPE no Dia da Solidariedade da Associação do Padre Arlindo em Tamandaré/PE;

- Em 26/7/2024 - Representação do TJPE na cerimônia de recondução do Defensor Público Geral de Pernambuco;

- Em 1/8/2024 – Reunião geral com todos os setores ligados a 2ª Vice-presidência;
- Em 1/8/2024 – II Congresso de Responsabilidade Civil – Homenagem ao Prof. Sílvio Neves Baptista;
- Em 7/8/2024 – Lançamento do livro “Impeachment à Brasileira”, de Luiz Fernando Bandeira;
- Em 14 e 15/8/2024 – Encontro do Colégio Permanente de Vice-presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, em São Luís/MA. Realizou exposição que teve como tema os primeiros seis meses à frente da 2ª Vice-presidência do TJPE;
- Em 19/8/2024 – Solenidade de Entrega das Medalhas Nunes Machado do TJPE;
- Em 23/8/2024 – Representação do TJPE na Solenidade alusiva ao Dia do Soldado no Comando Militar do Nordeste;
- Em 25/8/2024 - Representação do TJPE na Celebração Eucarística em memória dos 25 anos da partida de Dom Hélder Câmara na Basílica da Sé em Olinda. Na foto abaixo, ladeado pela presidente do Instituto Dom Helder, Virgínia Pimentel;



- Em 26 e 27/8/2024 – Abertura e Seminário de Direito Civil, na Faculdade de Direito do Recife e no Mirante do Paço (Recife Antigo), respectivamente, promovidos pelo IAP;
- Em 30/8/2024 - Representação do TJPE no Seminário “Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista: desafios e potencialidades na jurisdição de Família”, na Esmape;



- Em 4/9/2024 – Cerimônia de Entrega do Diploma de Honra ao Mérito do Cônsul-Geral ao Rafael Cavalcanti Lemos na residência Oficial do Cônsul-Geral;
- Em 5/9/2024 – Entrega do Prêmio Margarida de Boas Práticas em Equidade de Gênero no TRF – 5ª Região;
- Em 5/9/2024 – Lançamento do livro “O TJPE na pandemia da COVID 19”, na ESMAPE;
- Em 12/9/2024 – Lançamento do livro “Vovó é Fera; Vovô Só Fala M#\$@! Foi Louco, Mas é Verdade!!!”, da autoria do Des. Luiz Carlos Figueiredo, na ESMAPE;
- Em 17/9/2024 – Reunião GT Direito e Literatura Paranaense – Elucubrações e Devaneios da Vida em Tempos Imperfeitos e



Quase Cinzentos – Luiz Barbugiani – Comissão de Assuntos Culturais da OAB/PR (remoto);

- Em 26/9/2024 – Representação do TJPE no Congresso de Direito Contratual, realizado em conjunto pelo IBDCONT/PE e pela ESMAPE. O Desembargador Vice-presidente integrou a mesa de abertura;

- Em 30/9/2024 – “Sessão da Saudade” a memória da escritora Nelly Carvalho – Academia Pernambucana de Letras;

- Em 8/10/2024 – Solenidade de lançamento do livro “O Palácio da Justiça de Pernambuco: da Pedra Fundamental à inauguração (1924-1930)”, de Carla Romeiro Nunes de Aguiar, no Salão Nobre do Palácio da Justiça;

- Em 9/10/2024 – Solenidade de posse do Desembargador Fernando Cerqueira nos cargos de Vice-presidente e Corregedor do TRE/PE, no Tribunal Regional Eleitoral/PE;

- Em 11/10/2024 – Visita institucional com almoço dos membros da mesa diretora à Usina Olho D’água – Camutanga/PE;

- Em 16/10/2024 - Visita institucional com almoço da mesa diretora ao Hospital STAR – Recife/PE;

- Em 17/10/2024 – Participação como ouvinte da mesa redonda com o tema “Aplicação do Direito no Período de Dominação Holandesa do Nordeste (1630-1654)”, promovida pelo Memorial de Justiça de Pernambuco – ESMAPE;

- Em 18/10/2024 – Evento de lançamento do e-book “Direito e Saúde – Uma jornada de reflexão e orientação”, da autoria da Juíza Ana Cláudia Brandão de Barros Correia, com apresentação do Ministro do STJ Ricardo Villas Bôas Cueva, na ESMAPE;



- Em 21/10/2024 - Representação do TJPE no lançamento do livro "Temas de Direito Público: Questões Contemporâneas", da autoria do Des. Jorge Américo Pereira de Lima, na ESMAPE;
- Em 31/10/2024 – Visita institucional dos membros da mesa diretora à Shineray – Distrito Industrial de Suape/PE;
- Em 7/11/2024 – Representação do TJPE no 6º Congresso Nacional de Direito Consensual – Esmape;
- Em 7/11/2024 – Reunião da Estratégia de 2024 – ERA (remoto);
- De 20 a 22/11/2024 – Reunião e XI Encontro do Colégio Nacional do Ouvidores Judiciais – COJUD, em Maceió/AL. Na ocasião, foi reconduzido por aclamação como Vice-presidente do COJUD;
- Em 28/11/2024 – Inauguração, em conjunto com o Presidente do TJPE, da Galeria dos 2º Vice-presidentes;
- Em 28/11/2024 – Confraternização natalina com os servidores da 2ª Vice-presidência, Cartris e Nugepnac;
- Em 2, 3 e 4/12/2024 – Reunião do Nugepnac com os representantes das Câmaras Cíveis, de Direito Público e Criminais, tendo como propósito discutir a cultura dos precedentes vinculantes e fomentar a propositura dos IRDRs e IACs no TJPE;
- Em 5/12/2024 – Solenidade de 10 Anos da Criação da Câmara Regional de Caruaru – Caruaru/PE;
- Em 9/12/2024 – Assinatura do Protocolo FEMINICÍDIO ZERO em Pernambuco, TJPE;
- Em 9/12/2024 – Sessão Solene de Posse dos novos desembargadores do TJPE;



- Em 11/12/2024 – Solenidade de lançamento do Programa Laços Fortes, na ESMAPE;
- Em 12 e 13/12/2024 – 3º Encontro do Colégio Permanente de Vice-presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, no Rio de Janeiro. O Desembargador Vice-presidente foi eleito Secretário-geral do CPVP e palestrou sobre o tema Experiências e realizações das Vice-presidências;
- 17/12/2024 – Reunião do Nugepnac com representantes dos gabinetes das câmaras cíveis, criminais e de direito público do TJPE;
- 17/12/2024 – Reunião da AAJUPE – Associação dos Amigos do Judiciário de Pernambuco, juntamente com a Mesa Diretora;
- 17/12/2024 – Solenidade de entrega do Título Cidadão Pernambucano ao Padre Fábio Santos, na Alepe;
- 17/12/2024 – Cantata Natalina do TJPE;
- 18/12/2024 – Almoço de confraternização da Mesa Diretora;
- 19/12/2024 - Almoço de confraternização da CGJ-PE;
- 8/1/2025 – Solenidade de posse formal do Promotor de Justiça Marcos Antônio Matos de Carvalho no cargo de Desembargador;
- 21/1/2025 – Reunião do Nugepnac com os gabinetes (Câmara Cível, Criminal e Direito Público).



Encerramento

O primeiro ano desta gestão à frente da 2ª Vice-presidência foi marcado pelo enfrentamento de desafios importantes, destacando-se a reestruturação do Cartris, a equalização do passivo de processos pendentes de remessa aos tribunais superiores e a migração do acervo físico do TJPE para o PJe.

Nos três casos, o empenho dos envolvidos – aqui incluídos outros setores do TJPE que atuaram em colaboração com a 2ª Vice-presidência – permitiu alcançar resultados significativos.

O Cartris ganhou nova vida por meio de reformas na sua estrutura física, substituição de equipamentos obsoletos, treinamento de pessoal e reestruturação interna para melhor aproveitamento dos recursos humanos. O conjunto dessas mudanças, associado ao empenho da equipe, possibilitou o vencimento do passivo de processos pendentes de remessa aos tribunais superiores.

Da mesma forma, o complexo trabalho de migração dos processos físicos para o suporte digital atingiu a quase totalidade do acervo do TJPE.

Além disso, implementou-se um conjunto de medidas na gestão do Gabinete da 2ª Vice-presidência. Por meio do controle da produtividade e do tempo de tramitação dos processos conclusos, do emprego de novas tecnologias para equalizar os processos repetitivos e da padronização de minutas, foi possível o enfrentamento adequado da demanda, acentuada em especial de agosto e novembro de 2024.

Releva mencionar, ainda, a atuação da 2ª Vice-presidência no contexto nacional, marcada pela eleição do Desembargador Eduardo Sertório para assumir a Secretaria-geral do CPVIP. O



intercâmbio de conhecimento e experiências com outras vice-presidências permite uma atuação atualizada e, em última análise, a prestação de um melhor serviço ao jurisdicionado.

É de se destacar que a execução exitosa desses projetos foi possível com o trabalho incansável dos servidores e servidoras que, com dedicação e profissionalismo, contribuíram para a evolução da 2ª Vice-presidência.

Registra-se o nosso agradecimento ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Ricardo Paes Barreto, cujo apoio às iniciativas da 2ª Vice-presidência foi fundamental para a implementação dos projetos aqui relatados.

No próximo ano, almeja-se progredir ainda mais na concretização do mote da gestão – eficiência, humanização e inovação – que, até aqui, foi cantado em verso e prosa. Reafirma-se, assim, o compromisso de tornar a 2ª Vice-presidência cada vez mais eficaz, acessível e alinhada às necessidades da sociedade e do sistema de Justiça.